

BRASÍLIA: AMOR À CIDADE E CIDADANIA

Cléria Botelho da Costa
Universidade de Brasília
cleria@unb.br

1

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que esse amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, aldeias e povoados não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une o amor da rua.

Paulo Barreto, o João do Rio.

Este texto é resultado de uma pesquisa realizada por integrantes do núcleo de História Oral e Memória da universidade de Brasília, em 2007 e 2008, a qual tivera como enfoque a reconstrução da história de Brasília a partir das memórias de pessoas que viveram a infância na Nova Capital, nos anos 60 e 70. Nele, tentarei refletir sobre as formas pelas quais as crianças se apropriavam do espaço urbano e como foram desenvolvendo um sentimento de amor pela cidade a partir de experiências coletivas vivenciadas nas superquadras do Plano Piloto. O argumento utilizado será o de que a cidadania é uma construção, que se realiza a partir de uma prática coletiva movida pelo sentimento de pertença ao espaço da Capital Criança. Em outros termos, observei que à medida que as crianças participavam de atividades coletivas, construía sentimentos comuns para o que viam e experienciavam, crescia a identificação delas com o espaço onde viviam. Assim, pretendo realçar que os sentimentos, as sensibilidades também estão presentes na dimensão política da vida humana. Estarei atenta a relação desses moradores mirins com a cidade futurista, esperança do país mais especificamente, como eles se apropriavam da cidade e construía/reconstruía o sentimento de identidade e de amor em relação ao espaço em que viviam.

A cidade em construção: espaço de dor e esperança

No tempo em que vivemos, considerado por muitos estudiosos como pós-modernidade, não é comum pensarmos o passado da cidade. Ela, em geral, nos é apresentada como uma ação racionalizada, planejada, tal como Brasília, produto distante do cotidiano e remoto no tempo. Sob esse olhar é de suma importância a

participação do cidadão no espaço urbano. Não compartilho com esses sentidos atribuídos às cidades. Na esteira de Benjamin (1989, p.52) entendo que elas não nos são dadas empiricamente, mas resultam de uma “construção” por meio da qual se tornam objetos históricos. Parto da compreensão da cidade enquanto palco da diversidade, da proliferação de imagens, da polifonia de vozes (GOMES, 1994, p.45) em constante debate, tensão e delírios pelo poder. Mas também espaço, no qual a solidariedade, a coragem, as proibições, o amor, dentre outros, se fazem presentes. Assim, perceber a cidade, nesse caso Brasília, é identificar a experiência solidária das crianças e seus traços identitários em relação à cidade, é reconhecer que o presente é o pretérito reconstruído. Em outros termos, é desvelar o lado não visível da Capital, é tentar aproximar o presente do outrora e do porvir, é buscar aproximar à natureza, o lugar e a obra do homem (PESAVENTO, 1997, p.25).

Todavia, como trazer para o presente o tempo ido, já esfumado nas malhas do outrora? Ou ainda como anuncia Ferreira Goulart (1989, p.22), o passado não conta na enunciação do presente? Esta questão foi por longo tempo um desafio para o historiador. Era século XX quando chamadas de luz da deusa Menemosyne caíram sobre Proust, iluminado por Aristóteles, Platão, Sócrates, dentre outros, fazendo-o apreender que o tempo pode ser reconstruído. Desde então é iniciada a corrida proustiana em busca do tempo que se imaginava perdido. Na esteira deste Benjamin, Bergson, Ricoeur, dentre outros, continuam a preocupação com a reconstrução do passado no presente. Todavia, a reversibilidade do tempo não se faz de forma visível, palpável como muitos cientistas almejavam, mas de forma vivida, sentida e até mesmo sonhada, sob a forma de imagens lembranças que não se mostram ao alcance do olho nu. Gustav Droysen, historiador, filósofo do culturalismo alemão oitocentista, entendia que tanto a *natureza* quanto a *história* eram concepções geradas pela mente dos homens a partir da percepção empírica do mundo. Da mesma forma, Droysen (1988, p.42) entendia que, desde o presente, o historiador se deparava com as representações daquilo que fora um dia e que faziam com que este passado lhe fosse um *não passado*, ou seja, um tempo a ser representado pelo historiador.

Assim, Droysen (1988, p.23) tratava também as fontes ou registros do passado, este material imprescindível ao empirismo da história, como *representações* construídas em outro tempo, cabendo ao historiador, por seu turno, representar o já representado. Assim, trouxeram para os domínios de Clio não somente o passado reconstruído, mas a

emergência da subjetividade nas preocupações do historiador. Essa compreensão da história me permite pensar as lembranças como perfumes de outro tempo, que marcam nossa imaginação, realçam as sensibilidades de um tempo em outro e teimam em se tornar presentes no aqui e agora. Logo, captar o tempo, a sensibilidade, o imensurável, não é apenas uma questão de fonte, mas, sobretudo a escolha de uma concepção epistemológica que orientará a construção do conhecimento.

As imagens lembranças da Capital Esperança reconstruídas por alguns de seus moradores indicam que: “a vastidão do planalto impressionava e de tão homogêneo o relevo lembrava um grande mar aberto” rememora um narrador.¹ Nessa planície, a cidade fora construída na linha do horizonte – sem praça, sem rua, sem coreto – espaços públicos, territórios da manifestação popular. Sonho que se arrastava desde o tempo monárquico, tornou-se um dispositivo na Constituição de 1891 e na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, além de ter sido um tema debatido por vários governos do Império e da República. E no final dos anos 50, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, tratores, máquinas de diferentes naturezas, muitos homens que carregavam um imaginário povoado de esperanças tomaram conta do quadrilátero do Planalto Central. O sonho começa a se tornar realidade. Vislumbrava-se o reconhecimento e a reconstrução das raízes da nação esquecidas pelos modismos costeiros e pelo olhar das principais cidades, sempre direcionado para o exterior. Por outro lado, o projeto modernista de Brasília, o desejo de uma utopia modernista, tornou-se um símbolo do espaço urbano como modelador dos destinos da sociedade (HOLSTON, 1984, p.92). A escolha de traços arquitetônicos modernistas, por seus idealizadores, fez com que o projeto da Capital sobrepujasse os interesses políticos - econômicos desenvolvimentistas, transformando-o em variável de dimensão arquitetônica.

Era final dos anos 50, uma grande movimentação para a construção da capital é iniciada. Centenas de imigrantes procedentes de diferentes rincões do país e até de outros países, aqui desembarcaram. Alguns, quem sabe, em busca de cura para chagas afetivas que sangravam em seu torrão natal, mas quase todos embalados pela

¹ Essas imagens me remontam ao final do século XIX, quando o botânico Augusto Glaziou, em carta enviada ao cientista belga Luiz Cruls, chefe da expedição que fez o reconhecimento do local onde seria erguida a nova capital, assim descrevia a região: Esta planície imensa, de superfície tão suavemente sinuosa, é riquíssima de cursos d'água límpida e deliciosa que emanam da menor depressão do terreno. Essas fontes, como os grandes rios que regam a região, são protegidas por admiráveis capões aos quais nunca deveria golpear a machadada do homem, senão com a maior circunspeção...Missão Cruls – Comissão de Exploração do Planalto Central do Brasil. Relatório, Rio de Janeiro, H. Lombart & C, Editores do Observatório, 1894, p.II.

expectativa de uma vida melhor e pela crença em um Brasil justo e novo a partir da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. No entanto, talvez, somente a poeira e a lama fossem iguais para todos. **A estrutura metálica da futura sede do Congresso Nacional ou o 28 como era chamado pelos operários o anexo do Senado Federal, crescia vertiginosamente contra o céu que exalava raios de energia, e os operários se moviam entre as vigas como aranhas e trabalhavam até 15 horas por dia, para que a Capital Esperança de muitos brasileiros, fosse inaugurada em 21 de abril de 1960, em cumprimento as metas do presidente Juscelino Kubitschek.** “Era uma cidade de madeira, como num faroeste (...), mas as pessoas tinham uma cara boa, tranquila” (...), rememorou o Sr. Mario Pereira da Costa², um dos trabalhadores que fazia a cidade. Contudo, Maria do Carmo Almeida³ reconstrói outras imagens do espaço onde vivia: “a segurança no trabalho era completamente ignorada pelas autoridades, mais preocupadas com o cronograma das obras, morreram muitos operários” (...). Com essas imagens a narradora reafirma que as lembranças do pretérito não são homogêneas. Cada rememorador reconstrói sua versão do passado, e nessa perspectiva, a história se configura como versões, como atribuidora de sentidos ao mundo, a vida. Ela relembra o canteiro de obras como um espaço da dor pela sobrecarga de horas de trabalho, pela falta de segurança, pelo elevado número de mortes por acidentes de trabalho, enfim, lócus de realização da tirania das elites. Destarte, outros narradores o recordaram como espaço de solidariedade e amizade onde os operários de diferentes locais do país se conheciam, faziam amizade – “tenho amigos do canteiro de obras até hoje” (...), relembra outro narrador.

Teresinha Carvalho, professora primária, que viera para a Nova Capital com 5 anos, acrescenta: “a cidade quase não tinha asfalto, cheirava à piche e os barracos da Companhia de Urbanização da Nova Capital (NOVACAP)⁴ eram todos pintadinhos de azul” (...). As crianças que habitavam a cidade, sobretudo na década de 60, nasceram em outros lugares. Os imigrantes que se dedicavam á construção da cidade eram

² Entrevista concedida pelo Arquivo Público do DF, em 2007.

³ Maria do Carmo Almeida, 40 anos, professora, nasceu em Brasília, em 1962. Entrevista, fevereiro, 2006.

⁴ A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) foi criada através de lei, em 19 de setembro de 1956, pelo então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira. A finalidade única era gerenciar e coordenar a construção da nova Capital do Brasil. Seu primeiro diretor foi Israel Pinheiro. HYPERLINK "http://www.novacap.df.gov.br; acessado em 13/02/2010.

procedentes de diferentes regiões do país, conduziam em suas entranhas sua cultura, suas memórias construídas em outros lugares. Múltiplas culturas se juntavam nesse “espaço migrante” da Nova Capital e novos processos culturais foram produzidos na articulação dessas diferenças, oportunizando a reconstrução das identidades desses imigrantes, bem como práticas de colaboração e contestação (BHABHA, 2001, p.20). Em outros termos, a diferença cultural produz identidades minoritárias que enfrentam negociação das diferenças, em geral, num processo conflituoso como mostraram os diversos movimentos por moradia ocorridos em Brasília, tais como: Ceilândia, Taguatinga, Vila do IAPI, dentre outros. Assim, o espaço da futura capital acolhera a dor dos desempregados, daqueles com saúde precária, dos que não contavam com recursos para comprar seus instrumentos de trabalho, enfim, de sofrendores, mas também de sonhadores, daqueles que tinham seus imaginários povoados pela esperança de um Brasil Novo. Por isso, apreendo a cidade em construção como um espaço de dor e de esperança. “A época que nos chegou era uma época de ilusão, a época da esperança”⁵. Todos queriam ajudar na construção da Nova Capital.

Pela intensa imigração, o espaço vazio da futura cidade fora ocupado por acampamentos de madeira, desprovidos de conforto, como o Rabelo, o Pacheco, dentre outros, que abrigavam o magote de migrantes que para cá se dirigiam. A família ficava para traz, diante disso, a presença de mulheres e crianças era sacrificada pela corrida frenética das edificações que, em um movimento incessante de urbanização, iam devorando todo o espaço, transformando em urbana a sociedade e a presença da criança se tornara um excedente incômodo.

Drummond (1998, p.22), “o prosador do cotidiano”, proclama que a alegria e a pureza das crianças é fundamental para assegurar a vida, a aura das cidades. Ele fez uma nênia intitulada: A cidade sem meninos que aborda o processo de desumanização das cidades em que a presença de crianças, de árvores e até mesmo o direito de ver a lua, foram expulsos em nome da modernização. No entanto, a história de Brasília me autoriza a pensar que não somente as cidades maduras marcadas por forte urbanização, padecem da ausência da alegria das crianças, mas também as cidades em formação, sobretudo as planejadas, racionais, em que as marcas de início e fim pretendem ser rigidamente obedecidas como se o tempo fosse linear. Assim, Brasília, a cidade racional, planejada, já nasce comprimida pelo prazo do tempo de sua inauguração; os

⁵ Apud Nair Bicalho, Op. Cit, p. 48.

primeiros imigrantes, geralmente pessoas que vinham fazer a Capital para cá se deslocavam sem família, sem grandes malas, sem dinheiro, mas inebriados pela esperança. Desse modo, na cidade era rara a presença, a alegria do burburinho infantil. Vida e morte pareciam conviver simultaneamente na Capital Esperança. Um canto lúgubre parecia rondar a Nova Capital ao mesmo tempo em que ela nascia pela frenética construção. Assim, a dicotomia morte/vida, certo/errado, concreto/abstrato, parece não ter mais espaço quando se compartilha com Morin (2000, p.19), a compreensão da ciência pós-moderna como aquela que fragmenta, mas também reúne o que fora estilhaçado pela ciência que se quer meramente racional. Assim, na morte também pode estar à vida.

O número de pessoas no espaço da futura capital aumentara muito no final dos anos 50. O abastecimento alimentar ficou complexo. E para facilitá-lo foi criado o primeiro núcleo de comercialização conhecido como Cidade Livre⁶, atualmente Núcleo Bandeirante, o primeiro núcleo urbano da capital. Muitas entrevistas realizadas com esses primeiros imigrantes, conservadas no Arquivo Público do DF, revelam que nos finais de semana a cidade era muito alegre, carros equipados com alto falante passavam por entre os barracos de madeira tocando baião nordestino, samba, dentre outros, e os trabalhadores enchiam as ruelas com violão e muita cantoria. Embora existisse a lei seca, a cachaça estava sempre presente neste momento, talvez para amenizar o cansaço das 15 horas de trabalho diárias, ou até mais, nas proximidades da inauguração da cidade, ou para minorar a saudade de familiares que corroia o coração de quase todos⁷. Dona Solam Kozak, 84 anos, síria, mercadora e moradora da então Cidade Livre, reconstruíra com nitidez as imagens lembranças daquele núcleo: “as casas eram de madeira, de construção provisória, por isso tinha muito incêndio”. Acrescenta que por ali, no cotidiano dos moradores, transitavam cobra, jacaré e lobo guará. Destarte, ressaltara a mesma narradora que a comunicação entre os vizinhos, a solidariedade, a ajuda mútua grassava entre quase todos os moradores. E termina sua narrativa colocando: “Brasília me ensinou a gostar do Brasil”.

⁶ Fora idealizada por Bernardo Sayão, em 1957, para ser um centro comercial e recreativo para os trabalhadores que faziam a Capital. Os produtos alimentares para abastecer a cidade chegavam de diferentes estados do país o que tornava os preços elevados. Então para facilitar o abastecimento, o comércio se tornou isento de imposto, ou seja, livre. Por isso, o primeiro núcleo comercial foi alcunhado de Cidade Livre. Entrevista realizada com o Sr José Cavalcante, setembro de 2009.

⁷ Jornal Correio Brasiliense, 28 de fevereiro de 2010, Caderno Cidade, p. 33.

Era uma vida comunitária pautada no entrelaçamento de interesses solidários. A solidariedade, certamente forjada pelas privações, dificuldades enfrentadas no dia a dia, por não terem família no lugar, dentre outras, é lugar comum nas falas de muitos dos primeiros moradores⁸. Dessa forma, apreendo que esses imigrantes não somente dividiam o espaço comum, mas o forjavam à medida em que partilhavam o sonho de construção da nova capital. Parece-me que o sentimento de pertencimento à obra, de identificação com o Novo Brasil de JK, fora preenchendo o universo simbólico desses imigrantes. Além disso, entendo que esse outrora, pontuado de dificuldades e muitas privações, gestara as lutas pela conquista de moradia muito comum na Capital Esperança nos anos 60, 70 e 80. Os trabalhadores reorganizaram os espaços da Capital, teimando em ficar em locais que não foram pensados para eles, e certamente em usufruir de um lugar que fora por eles criado. Isso evidencia que a dominação nunca se dá de forma total, sempre existem brechas pelas quais podem transitar o inconformismo, as práticas de resistência dos subalternos. Desse modo, os trabalhadores reconstróem o projeto original da cidade e legitimam lugares e cenários importantes em suas trajetórias. Em 21 de abril de 1960, a cidade ainda em construção, fora inaugurada sob grande festa nacional. Mas na grande festa, como em todas as festas, só tiveram lugar a euforia. As tiranias, os rancores, as tramas políticas foram dissimulados, o que me faz lembrar o conselheiro Aires ao dizer que “julgar por uma festa de algumas horas a situação moral de duas pessoas,⁹ pode não ser seguro”. O homem de papel, de Machado de Assis, certamente se referia as máscaras assumidas pelas pessoas, sobretudo, em festas daquela natureza onde os jogos de poder tomam dimensão infinita. A idéia original dos idealizadores era que, inaugurada a Capital, este núcleo desaparecesse, porque a construção de Brasília não previa a construção imediata de outras vilas ou pequenas cidades em seu redor. Contudo a história da cidade não caminhou de forma linear.

Apropriação e reinvenção da cidade

No início dos anos 70 a cidade continuava em edificação. A Asa Sul, quase toda completa, acolhia com zelo no comércio, nas diversões, os moradores da Asa Norte ainda poeirenta e em edificação. A majestosa Catedral fora inaugurada, o Conjunto Nacional, primeiro Shopping da Capital Criança, saíra da prancheta. A cidade

⁸ Ver Arquivo Pública do DF, Programa de História Oral, 1992.

⁹ Machado de Assis, Memorial de Aires, Obras completas, p. 1034.

multiplica-se, o espaço vazio cede lugar às superquadras, o barro vermelho dá lugar ao asfalto. Além do imigrante sem qualificação, chega à Nova Capital, o funcionário público. Esses imigravam com toda a família. Assim, a cidade emergente, simbolicamente renasce - seus amplos espaços foram tomados pela alegria e tagarelice das crianças. Para muitos estudiosos, a infância e a juventude são apreendidas como fases da vida, numa perspectiva de linearidade histórica – infância, juventude e velhice – perspectiva que se sustenta em um tempo vazio e homogêneo (BENJAMIN, 1989, p.222). Até o século XIX a criança não era apreendida como ser inteligente, desse modo o adulto era o modelo a ser perseguido pela criança. Em outros termos, a criança segundo o pensamento racional, era um adulto em miniatura. Nesta compreensão, crianças e jovens são sujeitos em formação e meros espectadores da vida da cidade; contam com atuação restrita a determinados espaços, como o escolar e o doméstico. Contudo, penso que criança, jovem e adulto, são sujeitos na construção/reconstrução do espaço urbano, e por mais insignificante ou cotidiana que seja a ação, ela confere visibilidade à diferença (ARENDETT, 2005, p.22), como veremos posteriormente.

O local de residência dos novos migrantes eram as superquadras, conjuntos de edifícios residenciais sobre pilotis, cercados por árvores, formando um espaço aproximado de 280m x 280m que se contrapunha ao conceito de condomínio, como área fechada e privativa (LYNCH, 1999, p.8). Ali, as sombras das pequenas árvores já serviam de abrigo, jardins, a grama verde e bem cuidada conferia ao espaço público da superquadra, a síntese do mais moderno fenômeno de idealização urbana. Nela, crianças brincavam/brincam, passavam e continuam passando, pais de família, namorados e aposentados que lêem jornal e se espantavam/espantam com o curso dos tempos. Nela ficava a escola das crianças, o açougue, a farmácia, a padaria.

Destarte, as lembranças apresentadas pelos narradores são de um lugar divertido e aberto, onde jogavam bola e maquinavam traquinagens, enquanto as famílias trabalhavam. Mais do que um espaço físico, a superquadra é uma imagem incrustada na memória coletiva. Toda lembrança está ancorada na história vivida, num quadro local e temporal (HALBWACHS, 1990, p.40). Além disso, cada superquadra recebeu a marca do grupo de crianças que ali residia e vice-versa, por isso elas são lembradas. Ela é o símbolo das liberdades públicas e da liberdade infantil. Importa lembrar que na quadra como em toda a cidade, não existem muros ou portões, as residências são contornadas por cercas vivas, e assim, a cidade que nasceu e cresceu acompanhando o horizonte,

configura um quadro de aparente igualdade sócio espacial. No entanto, por traz dessa aparente igualdade sócio espacial, existiam proibições, conflitos, transgressões vivenciadas até mesmo nas brincadeiras infantis. Um narrador¹⁰ recorda: “os primeiros gramados do Plano Piloto foram rapidamente ocupados pela ‘molecada’ para jogar futebol”. E o governo para assegurar a beleza da capital recém inaugurada, criou os “graminhas” (...), funcionários da Companhia de Urbanização da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), “eles faziam um papel ridículo, pegavam nossa bola e furavam na tentativa de coibir o jogo”, rememorou outro narrador.

Uma análise dos últimos relatos apresentados, possibilita-me interpretar que o Estado Nacional, na tentativa de se manter como lócus exclusivo do poder, cria na NOVACAP, dispositivos de controle dos seus moradores. O primeiro, ainda nos anos 60, foi a Guarda Estadual de Brasília (GEB), que tinha como propósito disciplinar os trabalhadores que faziam a cidade, e posteriormente, os “graminhas”, que tentavam disciplinar os moradores quanto á manutenção da infra-estrutura física e quanto a conservação da beleza física da Capital. Assim, a cidade modernista parecia não fugir a concepção tradicional de poder centralizado no Estado, vigiar e punir continuou nos discursos e nas práticas da sua elite política. Todavia, se os moradores/construtores apresentaram resistência, reinscreveram a cidade a partir de sua teimosia, os moradores mirins também tiveram suas práticas de transgressão - “as crianças se juntavam e roubavam o boné que fazia parte do uniforme deles (“graminhas”) e só devolviam no final do expediente. No outro dia, tava todo mundo no mesmo lugar”, relatara Carlos Silva. Outros conflitos foram vivenciados pelas crianças no interior das superquadras, “nem tudo eram flores” como apontara um entrevistado. No caso dos jogos de futebol, por exemplo, muitos relatos anunciaram que havia times de uma superquadra que não jogava contra times de outra superquadra, por existir uma guerra declarada entre elas. Entendo que estas práticas de transgressão, tanto dos trabalhadores quanto das crianças, podem ser apreendidas como práticas de resistência. Onde há poder, há resistência, nos ensina Foucault (1990, p.12). Com esse entendimento, as práticas de resistência conferiam poder as crianças e aos trabalhadores.

Contudo, em meio aos conflitos, a solidariedade e o companheirismo também grassavam entre os moradores da superquadra. A pesquisa de campo indica que nos

¹⁰ Marcelo Costa, arquiteto, 40 anos, chegou a Brasília em 1963, com 4 anos de idade, procedente do rio de Janeiro. Entrevista março de 2006.

anos 70, foram formadas equipes de futebol organizadas coletivamente. As crianças organizavam reuniões mirins na superquadra, e contavam com a presença de pais para a montagem dos times. “Os pais eram muito participantes” comentara um entrevistado, muitas vezes, até escreviam o cabeçalho de listas na qual as crianças solicitavam ajuda financeira aos demais moradores para a formação do time (comprar camiseta, bola, etc.). Outra dimensão da solidariedade que merece destaque é o relacionamento solidário construído entre as crianças e os adultos. “Aprendi com os mais velhos, com meus pais, a arte de soltar pipa, coisa que hoje em dia não se vê”, contara um rememorador.

A amplidão espacial do Planalto Central aliada á imensidão do céu azul, já alcunhado por Lucio Costa como o mar de Brasília; a fiação subterrânea da Nova Capital compunham um ambiente sedutor para soltar pipas nas quadras. Assim, nos finais de semana, pais, filhos e amigos, deixavam o interior de seus apartamentos e desciam para o espaço coletivo da superquadra, para soltar pipas, jogar pião no piloti do bloco onde moravam, e jogar futebol no gramado. Nessa prática de brincadeiras coletivas vivenciada pelas crianças, também merece realce a convivência com os adultos. Por essa prática os pais – ao mesmo tempo em que se divertiam, ensinavam aos filhos e seus amigos, brincadeiras populares que sobreviveram de gerações anteriores, transmitiam suas experiências do passado às crianças no presente. Na esteira de Benjamin (1989, p.198) transmitir experiências do outrora no presente significa estabelecer liames entre gerações do pretérito e do agora, forma de afiançar que as tradições sobrevivam entre diferentes gerações. E sem duvidas, dessa convivência entre adultos e crianças, germinava em cada superquadra, a amizade, a solidariedade entre crianças e adultos.

As imagens lembranças dos rememoradores, apontam o espaço da superquadra como o lugar predileto para as brincadeiras e peraltices infantis; “onde as crianças se sentiam muito livres”. Carmen Silva ¹¹ rememora: “o espaço da quadra supria de tudo para as brincadeiras: tampinha de garrafa, besouros que caem na primavera, aquela flores laranjas que soltam um liquido, grama para rolar e jogar futebol...”¹² . Outro

¹¹ 40 anos, engenheira, chegara há Brasília nos anos 70 com uns 6 anos, procedente do Rio de Janeiro, filha de um engenheiro da Companhia Telefônica de Brasília (COTELB)

¹² Na mesma entrevista a narradora continua (...) Essas coisas a gente fazia antes do walk-man e do videogame. “Daí em diante as crianças começaram a ficar mais fechadas”. Entrevista realizada em dezembro de 2006.

relato, de José Gabriel Silva - “na quadra era um paraíso, dava prá gente brincar muito, andar de patins, e nos dias de chuva, o piloti e a escada eram os melhores lugares para brincar mesmo que o porteiro não deixasse”. Essas narrativas estão temporalmente situadas nos anos 70.

Os diversos sentidos da superquadra, para os narradores indicam que o significado dela para cada indivíduo fora construído a partir dos modos de inserção e circulação do indivíduo no espaço da cidade. Assim, existem inúmeras cidades dentro de um mesmo espaço urbano. Esta observação me remonta a Certeau (1990, p.12) ao expressar que a forma como o indivíduo usa a cidade, os lugares que frequenta dizem quem ele é, constituem pontos de referência de suas identidades.

Contudo as peraltices infantis extrapolavam o âmbito espacial da superquadra. Entrevistados apontaram que iam caçar cigarras nas árvores do cerrado espalhadas ao longo da cidade, brincar de estilingue nas diferentes superquadradas e passear de bicicleta em grupo – “nos saíamos em grupos de 10, 20 crianças pela Avenida das Nações, o trânsito era tranquilo, cada final de semana a gente ia para um lugar. Era muito gostoso! “Muitos relatos revelam que o espaço da cidade era apinhado de canos, buracos, pedaços de madeira e todo tipo de material de construção, o que espelhava o momento de construção da capital, em especial nos anos 60. Os relatos contam ainda, aventuras pelas quadras, no cerrado inexplorado, no lago Paranoá, nos bueiros de água fluvial que cortavam a dimensão subterrânea do Plano Piloto, etc. Uma das brincadeiras muito frequentes era “entrar nos grandes canos que nos levava ao lago Paranoá (...). Lá era escuro, tinha barata e rato, por isso as meninas não iam”. A partir dos relatos, interpreto que as crianças ao buscarem novos espaços para as suas brincadeiras iam ampliando o conhecimento da cidade, conhecendo os meandros do espaço urbano da Nova Capital. Assim, ao se apropriarem desses novos espaços, iam atribuindo a eles, novos significados e, desse modo, recriando-os. A busca pelos novos espaços exercitava a inquietação infantil no caminho do inesperado, do diferente. Assim, cada brincadeira se tornava uma aventura no imaginativo mundo infantil. Por outro lado, o fato da cidade estar sendo construída, parecia aguçar o potencial criativo das crianças que faziam do construir uma constante brincadeira.

A cidade em construção oferecia um arsenal de dejetos – fragmentos de madeira, caixas de papelão, pedaços de ferro, rodas, materiais heterogêneos, espalhados em todo seu espaço urbano. Estes dejetos eram transformados pelas

crianças, em carrinhos de rolimã, um dos brinquedos prediletos da época, em material para finca, em cabanas, em adereços, etc. A simplicidade desses brinquedos, me remonta a Benjamin (1989, p.245), ao colocar que os brinquedos são criações da imaginação pueril. Assim, os dejetos de construção na nova capital em seu aspecto discreto, alguns deles minúsculos, abrigavam em sua tessitura uma dimensão sonhadora que possibilitava a transformação de uma simples roda em carrinho de rolimã; caixas de papelão em cabanas, dentre outros. Por isso, os apreendo como um diamante bruto a ser lapidada pela imaginação infantil. Além disso, vale destacar outra dimensão de valor desses brinquedos - aproximar as crianças das gerações do outrora, de culturas diferentes da sua. Talvez, por isso a Capital Criança tenha seduzido tanto os seus moradores mirins - “tive uma infância livre e muito feliz em Brasília”, apontara um narrador.

O “Amor à cidade”: A construção do sentimento de cidadania

Explicitarei no início do texto, que as imagens lembranças do pretérito ao retornarem ao agora, trazem também consigo as sensibilidades do outro tempo. E acrescento que só é revertido no presente aquilo que teve significado em nossas vidas cotidianas. Em outros termos, se esquece menos o que se crê, se teme e se ama, aquilo que nos tocou emocionalmente. Contudo, vale lembrar que o não lembrado se exila no lado sombra da deusa Mnemosyne, se emaranha nas águas turvas do esquecimento. Assim, tanto o lembrar quanto o esquecer, permanece sob os domínios da Memória. O conhecimento sensível, é uma forma de tradução da realidade que emerge não do racional, mas dos sentidos, vêm do íntimo de cada indivíduo, lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade, com os valores, os sentimentos e emoções, que obedecem a outras lógicas e princípios que não os racionais. Nos relatos orais as evidências do sensível se fizeram presentes no olhar, na voz, nos gestos, nas palavras de esperança, de alegria, amor, dor e coragem dos narradores. As sensibilidades são, aqui, apreendidas como uma forma do ser e de estar no mundo, sob o signo da alteridade e da diferença no tempo, sem as quais não é possível a reconfiguração do passado, como assinala Ricoeur (1994, p.41).

Os relatos deslindam uma relação permeada pelo sentimento de amor e orgulho dos narradores em relação à cidade onde viveram a infância: - “cheguei na cidade com 5 anos, em 1969, e disse ‘pai que coisa linda!’ chegamos no paraíso”; “ Brasília era o

melhor lugar do mundo para as crianças” ou “Lembro com saudades da tranquilidade da cidade, das brincadeiras simples que inventávamos”. Relatos como esse foram frequentes. Os narradores revisitaram a cidade no outrora, passearam pelos vários cenários brasilienses do pretérito percorrendo-os, através do olhar de quem se reconhece parte dela – “eu cheguei aqui, com 7 anos, mas me sinto brasiliense/candango¹³, afirmara outro entrevistado. Esses narradores, no passado crianças que viveram ou nasceram na cidade, sentiam-se ligados a ela pelo sentimento do amor e as recordações são plenas de sentimento de amor e de alegria. São relatos sensíveis dos modos de ver a cidade, procedendo a uma leitura por redes que engendram cidades outras: particulares, reais, ficcionais. Algumas delas amada por muitos, outras odiadas por alguns moradores – “era muita poeira, lama e não tinha praia (...)”, rememorou uma recordadora carioca e outro morador evocou: “uma cidade linda, mas já nasceu partida”. O relato projeta uma imagem de Brasília como “cidade partida”, que excluía dela os seus construtores, apesar de ter tido como um dos seus urbanistas, Oscar Niemayer, um socialista e não contar com a existência de muros. Isso me faz recordar palavras de Ítalo Calvino (1990, p.22), ao refletir a relação invisível entre o morador e sua cidade, mostra que cada pessoa constrói e reconstrói sua cidade criativamente a partir de seu modo de ver o mundo, de interesses específicos, a partir de valores da sua cultura. Desse modo, temos cidades imaginadas a partir do trabalho, do lazer, da religião, das praias, etc. Ou seja, múltiplas cidades imbricadas numa mesma cidade formando um palimpsesto.

Vale a pena realçar que, no momento da entrevista um dos rememoradores, Manoel Carvalho¹⁴, evocou uma paródia de um canto infantil de cancionista popular, feita por ele alguns anos atrás em homenagem a quadra onde viveu sua infância, 107 Sul:

Se essa quadra, se essa quadra fosse minha
Meu desejo era o tempo não passar
Só para ver meus amigos lá da quadra
Nunca mais, nunca mais se afastar.

Essa paródia trás para o agora, não apenas a nostalgia de um tempo feliz que se foi, mas expressa, sobretudo a sensibilidade do narrador quanto ao companheirismo dos

¹³ Denominação atribuída aos construtores da cidade.

¹⁴ Manoel Carvalho, 45 anos, farmacêutico, nasceu e cresceu em Brasília. Entrevista, realizada em setembro, 2006.

amigos, as brincadeiras coletivas no espaço público da quadra, enfim, o amor pela cidade onde nasceu ou viveu a infância.

Carlos Drumond de Andrade, que viveu 53 anos no Rio de Janeiro, construiu e reconstruiu criativamente a Cidade Maravilhosa a partir de sua identificação com as coisas que estão “dentro da vida carioca”. No livro *Cadeira de balanço* (1998, p.42), o olhar de Drumond se volta para as características inumanas que a cidade vem assumindo e reconhece que a morte da cidade é também a sua morte. Ele se reconhece como parte da cidade, está intimamente ligado a sua história. Por isso, sofre com o jogo urbanístico de construir/destruir/reconstruir – “Tudo que acontece nesta, bate no peito daquele e retumba com maior ou menor intensidade (...). Fui incendiado com o Parc Royal (...); tive pesadelos com o prédio Elixir do Nogueira; estou sempre em construção, demolição, reconstrução”. Aqui Drumond convida-me a pensar na dimensão identitária dos moradores da Nova Capital. Relação essa que na esteira de Bhabha (2001, p.24) é forjada na polifonia de vozes que compõem a cidade que possibilita a visibilidade de vozes e histórias dissonantes, até dissidentes – mulheres, colonizados, homossexuais, etc. Enfim, no espaço da diferença. Na Capital Esperança a polifonia de vozes era constituída por moradores procedentes de diferentes locais do país e de outros países como Grécia, Japão, Síria, etc. Com diferentes condições sociais, econômicas e culturais os quais compunham as famílias dos moradores mirins. Estas diferenças eram atravessadas, sem dúvidas, por antagonismos sociais que produziam posições diferenciadas de cada morador em relação á vida, e conseqüentemente em relação á cidade, ou seja, produziam múltiplas identidades nos seus moradores (HALL, 2005, p.17). Todavia, embora distintos, os moradores da Nova Capital, guardavam uma dimensão comum, eram iguais por – serem todos de outros lugares e trazerem consigo suas raízes partidas, condição peculiar á migração. Com isso, poucos eram os moradores mirins que contavam com os afagos de tios, primos e com as comidas domingueiras da vovó. Eram os amigos da quadra, os amigos dos pais que, em grande parte, supriam essa carência do afeto familiar.

Assim, as identidades do cidadão são forjadas na alteridade, no jogo da diferenças, da polifonia das vozes na cidade e a partir da visibilidade do outro. Destarte, o outro também pode ser encontrado nas letras mortas dos Arquivos, em cartas e documentos vários, que falam do outrora. O passado, a rigor, é uma alteridade. Isso me induz a pensar que nas formulações das identidades há um componente invisível,

ainda pouco estudado, ao menos no âmbito da historiografia – o lado sensível do ser humano, o sentimento de pertença. Era esse sentimento que permitia aos moradores da Cidade Esperança se sentirem parte dela, exprimirem um sentimento de amor pelas superquadras, pela cidade. Sentimento esse que os possibilitava se sentirem parte da cidade. Nos relatos notei que a geração que nasceu ou viveu sua infância ou parte dela na Capital em construção, anos 60 e 70 é guardiã da memória da cidade, arquivando acontecimentos, pontos de amarração de sua história. As lembranças dos rememoradores aventaram momentos, temas que lhes tocaram de perto: brincadeira no espaço público da superquadra; as meteóricas transformações do espaço urbano; a grama bem cuidada; as árvores que cresciam etc. Assim a configuração espacial; a história da quadra e de seus moradores se amalgamava com a história da cidade planejada, em edificação.

Penso que esse sentimento de identificação e de amor pela cidade foi pujante porque as crianças não nasceram em uma cidade já pronta, edificada, mas em uma cidade que nascera como muitas delas e que com elas também crescia. A construção e o desenvolvimento da cidade eram acompanhados com emoção pelas crianças que também cresciam- “cada prédio iniciado ou concluído era comemorado pela molecada da quadra, e quando o 28 ficou pronto, todos nós queríamos conhecê-lo”, evocou um narrador. E outra acrescentou – “ajudei a plantar mangueiras na minha quadra e no dia da inauguração da cidade, me lembro bem, foi um dia de muita alegria para toda a criançada, eu tinha somente 8 anos”(…). Vale lembrar que nas escolas públicas da Capital Esperança eram frequentes as festas cívicas, certamente com o propósito de estimular o respeito e o amor pela cidade, mas também pelo país - “eram inúmeras as festas cívicas na escola antes do golpe militar”. As festas cívicas poderiam ser um fator privilegiado de enraizamento do migrante na cidade de forasteiros, no entanto foram desbaratadas após o golpe militar. Desse modo, seja pelas brincadeiras, pelas comemorações cívicas, as crianças iam se apropriando da cidade, conferindo-lhe novos sentidos, e cada vez mais sentindo-se parte dela. Tal qual a expressiva identidade de Drummond com a Cidade Maravilhosa, os moradores da Capital Esperança sentiam que cada edifício construído, cada superquadra edificada, “fazia bater mais forte nosso coração”, explicitou uma entrevistada. A cidade crescia junto com muito de seus moradores.

Por outro lado, reconheço que o sentimento de pertença do morador com sua cidade, não se faz a partir de uma relação momentânea dele com o espaço urbano. É uma relação construída ao longo do tempo na qual cada espaço da cidade representa uma experiência vivida, confere sensação de segurança, uma aventura afetiva. Essa discussão retira das gavetas de minha memória lembranças de Machado de Assis: “a minha memória não é boa. É comparável a alguém que tivesse vivido por hospedarias, sem guardar delas nem caras, nem nomes, e somente raras circunstâncias”. O escritor, pela literatura, nos convida a refletir sobre o tempo e a afetividade. Em outros termos como o tempo acresce valor afetivo aos objetos e aos lugares. Assim, o espaço da superquadra, ganhou afetividade pelas crianças porque era um espaço onde elas se encontravam, diariamente, para inventar brincadeiras e brinquedos, para plantar árvores, enfim, onde deixavam suas marcas e desenvolviam a amizade e a solidariedade entre seus pares. Paulatinamente, a superquadra, fora ganhando outro valor – o afetivo. Talvez, quem sabe, esta concepção esteja por trás de frases muito ouvidas em nosso cotidiano, sobretudo pelos velhos – Não jogue nada fora. Isso um dia pode servir para alguma coisa! Essa discussão me autoriza a pensar nas identidades enquanto construções históricas pautadas pelo sentimento.

Das lembranças dos recordadores, momentos que lhes tocaram de perto, notável também são as práticas coletivas das crianças em algumas quadras da cidade. Entendo que o modo de vida da cidade oportunizou valores de participação conjunta, sobretudo nas crianças. Vivência pouco comum no meio urbano que, em geral, afasta as pessoas, dispersa testemunhas – pessoas que sustentam lembranças e nos permitem percorrer os caminhos da nossa história mais recente; acende o desejo do consumidor e a solidariedade é perola rara na imensidão do mar humano. Todavia, a Nova Capital do país fora planejada e enquanto tal, pretendiam seus idealizadores que as flores do mal que assolavam as cidades no Brasil e no mundo fossem, ali, rechaçadas Brasília, afirmou Lucio Costa (1995, p.301) “não é um gesto gratuito de vaidade pessoal e política (...), mas o coroamento de um grande esforço coletivo em vista ao desenvolvimento nacional”. Parece que a arquitetura de Niemeyer, e o urbanismo do Plano Piloto, tentavam materializar à nova nação, uma cidade igualmente nova, a criação de uma nova sociedade. E não traçaram somente linhas, edifícios, majestosos palácios, mas também desejos e muitos sonhos. O imaginário de seus idealizadores estava povoado pelo desejo de construir uma nação a partir de uma arquitetura

modernista que deveria dominar racionalmente seu espaço urbano para construir uma nova sociedade-urbana, em oposição à situação caótica já vivenciadas, pelas grandes cidades brasileiras da época. Esse desejo manifestou-se nitidamente em um arquiteto nitidamente preocupado com detalhes da vida comum. Atribuição de cores específica para cada superquadra, um trajeto de ônibus, uma igreja, clube, residências recentes para toda população, etc. Detalhes que não podem ser esquecidos, embora o caminho rumo ao progresso da Capital Modernista a tenha afastado dos desenhos do bordado idealizado por Lucio Costa e Niemeyer.

Contudo, muitos narradores teceram imagens de suas vivências no cotidiano das superquadras que estavam próximas do desejo de Niemeyer e Lucio Costa. As superquadras cercadas de gerânios, margaridas, etc. quase sempre floridas, dispunham de grama sempre verde e aparada além de árvores ainda pequenas, mas que já emolduravam a paisagem bucólica do espaço. Paisagem bucólica, que talvez quem sabe, fosse a expressão de um modelo reconciliador entre mundo urbano e mundo rural que se afigurava por trás da proposta modernista de cidade. Em algumas quadras, era comum aos domingos, ao entardecer, famílias inteiras - pai, mãe e filhos descenderem e se acomodarem nas gramas verdes da quadra. Em geral, as mães estendiam toalhas no gramado e em segundos, sobre aquela estavam espalhados pães, bolo, biscoitos, doces e refrigerantes – expressão do prazer, atributo tão cobiçado pelo imaginário infantil. Cenas que se assemelhavam aos filmes bucólicos americanos. Ali, após o lanche, diferentes famílias trocavam idéias “sobre a educação dos filhos, mas também sobre a cidade em construção, sobre a quadra e sobre o governo JK” relatara Marina Carvalho¹⁵. Enquanto alguns pais conversavam, “outros brincavam com as crianças e passavam para elas brincadeiras de seu tempo “acrescentou a mesma rememoradora. O rumo que tomaria a cidade em construção, o rematar da quadra, muitas ainda inconclusas eram temas que permeavam o dia á dia dos residentes na cidade.

Inicialmente, o lanche vespertino do domingo era organizado por famílias individualizadas que, certamente, seduzidas pela amplitude do espaço livre da cidade e pela paisagem bucólica da quadra pensaram em fustigar a monotonia do fim de tarde de domingo com um lanche familiar coletivo. Paulatinamente, a atividade domingueira fora fortalecida. As crianças que até então somente se encontravam no espaço coletivo “passaram a freqüentar e até dormir em apartamentos dos amigos”, evocara um

¹⁵ Professora, 47 anos e nascida na cidade. Entrevista realizada em fevereiro de 2007.

narrador. Após o encontro festivo, as crianças, orientadas pelos pais, faziam a limpeza do espaço utilizado. “Algumas crianças, no começo, não ajudavam na limpeza, outras choravam para não fazê-la”, relatou outro narrador. Alguns pais encarregavam-se da limpeza em lugar do filho, outros mostravam ao filho que aquele espaço era público, portanto de todos, cabia a todos, por ele zelar. Contam os relatos que após alguns meses dessa experiência conjunta, as crianças, em sua maioria mostravam-se satisfeitas com a experiência de ação conjunta, e ampliaram a prática de limpeza para toda a quadra. À tarde do domingo as crianças, em companhia dos pais catavam papel, pontas de cigarro, garrafas de refrigerantes, papelão, etc. que se encontravam em cima do gramado e do asfalto ainda reluzente. “A tarde do domingo, para nós, era uma festa, nosso maior castigo era não participar da limpeza da quadra”, rememorou um narrador. Nesse processo de constituição de sujeitos sociais as crianças se tornavam cidadãs. Tornar-se cidadão significava a descoberta de novos caminhos a serem trilhados, individual e coletivamente; significava perceber que elas também poderiam ajudar na construção da cidade; significava torná-las sensíveis às dificuldades, aos problemas da cidade, em edificação. Advogo que o caminho que preparou essas crianças para o exercício da cidadania fora a sua identificação com o espaço da cidade; o sentimento de pertencer, de fazer parte da cidade. Pertencimento que, sem dúvidas, fora construído a partir das brincadeiras coletivas na quadra; a partir da aprendizagem de brincadeiras do pretérito ensinadas pelos adultos. Conhecer o passado, ou melhor, algo do passado, é caminhar em direção à busca do nosso próprio conhecimento; é percorrer o caminho que nos conduz ao conhecimento do que somos, de nossa história.

A vivência das crianças, em uma experiência coletiva e concreta de limpeza de um espaço público, afirma um nexos entre as dimensões da cultura e da política. Eram sujeitos sociais emergentes que ampliavam o espaço da política e resignificavam os sentidos do espaço urbano. Com isso, contrariavam a perspectiva desenvolvimentista, segundo a qual crianças e jovens, seres em formação, devem ser alijados das decisões que presidem os rumos da cidade. Aos adultos cabem tais decisões. Contudo, pensar em crianças e jovens enquanto sujeitos sociais não significa apenas reconhecê-los como sujeito de direitos já institucionalizados (inclusão na sociedade, etc.), mas aceitar que eles tem o direito de querer e o dever de construir, juntamente, conosco a sociedade que queremos, a invenção de uma nova sociedade (CASTRO, 2001, p.119). Ou seja, as crianças deveriam ter o “direito á cidade”, o direito a ter direitos, constrangimentos,

regras e exigências de comportamentos que darão origem ao sentido de urbanidade que orienta as ações do cidadão no espaço público.

Pensar a cidadania no presente, significa repensá-la distante dos parâmetros do pensamento liberal, instituídos nos fins do século XVIII, que a entendia como um estatuto jurídico – legal, enquanto um conjunto de direitos e deveres, ou seja, significa dizer que os seus significados respondem à dinâmica dos conflitos reais num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significados, portanto, serão sempre definidos pela luta política. Esse conceito de cidadania, criação histórica, busca também uma redefinição da concepção de direito, a partir da idéia de um direito a ter direitos. E inclui a invenção/criação de novos direitos que emergem de lutas específicas e de práticas concretas. Esse novo conceito de cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos que definem o que consideram seus direitos e lutam pelo seu reconhecimento, tornando-os cidadãos.

Sob o olhar de José Murilo de Carvalho (2004, p.12) “as pessoas se tornam cidadãs à medida que passam a se sentir parte de uma nação, de um Estado”. Acrescento, quando se sentem pertencentes a um lugar, à cidade em que moram. Assim, em Brasília, nos anos idos de sua construção, as crianças para se tornarem cidadãs se apropriaram e reinventaram à cidade. Destarte conhecer os lugares em detalhes, em profundidade requer sentimentos, capacidade de sentir o outro, em outros termos, exige amor à cidade; ao espaço em que se vive. Amor que é construído no cotidiano da vivência dos moradores com o espaço urbano. Diante disso, apreendo que se haviam múltiplas Brasília na mesma cidade, o liame que as unia era a teia invisível do sentimento - desamor e amor – esteio na construção das identidades e da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DRUMOND, Carlos de Andrade. Cadeira de Balanço. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ARENDT, Hanna. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BHABHA, Homi. local O da cultura. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

CALVINO, Italo. As cidades Invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: Artes de Fazer. Petropólis: Vozes, 1990.
- COSTA, Lucio. Registro de uma vivencia. São Paulo, 1995.
- . Brasília Revisitada. Do Plano Piloto ao Plano Piloto. Brasília: Terracap/GDF, 1985.
- DROYSEN, Johann Gustav. Hermeneutics reader (Org) New York: Continuum, 1988.
- GILLAR, Ferreira. Indagações de Hoje. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1989.
- FOUCAULT, Michel. Microfisica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- GOMES, Renato Cordeiro. Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOLSTON, John. A cidade modernista. Uma crítica de Brasilia e sua utopia. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins fontes, 1999.
- MORIN, Edgard. A cabeça bem feita. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- OLIVEIRA, Marcio de. Brasilia: o mito na trajetória da nação. Brasilia: Paralelo 15, 2005.
- PESAVENTO, Jathay Sandra. Imagens Urbanas. Porto Alegre: EDURGS, 1997.
- PAVIANI, Aldo. Brasilia: moradia e exclusão. Brasilia: EDUnB, 1997.
- RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa, v I. Campinas: Papyrus, 1994.
- SOUZA, Nair Bicalho de. Construtores de Brasília. Petropólis: Vozes, 1983.